



Relatório de Gerenciamento de Riscos



CONTEÚDO

1. INTRODUÇÃO	4
2. MAPA DE RISCOS	4
3. PROCESSO E METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	5
Objetivo e Estratégias.....	5
Políticas de Gerenciamento de Riscos e Capital	6
Processo e Metodologia de Gerenciamento de Riscos	6
Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital	8
Comunicação Interna.....	10
4. RISCO DE CRÉDITO	10
Risco de Crédito da Contraparte.....	11
Análise e Concessão do Crédito.....	11
Mitigação do Risco de Crédito.....	12
Classificação do Risco de Crédito	13
Exposição do Risco de Crédito	13
<i>Por Fator de Ponderação de Risco.....</i>	<i>14</i>
<i>Por Setor Econômico.....</i>	<i>14</i>
<i>Por Região Geográfica</i>	<i>15</i>
<i>Por Atraso.....</i>	<i>15</i>
<i>Por Tomador.....</i>	<i>16</i>
<i>Por Operações Baixadas para Prejuízo</i>	<i>16</i>
<i>Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa</i>	<i>17</i>
Cessão de Crédito.....	17
Operações de Securitização, venda ou transferência de ativos financeiros	18
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA segmentado por Fator de Ponderação de Risco.....	19
Instrumentos Mitigadores	19
5. RISCO DE MERCADO	20
Processo de Gerenciamento de Risco de Mercado	21



Classificação da Carteira	21
Risco de Taxa de Juros e Ações	22
Exposição do Risco de Mercado de Derivativo por Fator de Risco	23
6. RISCO LIQUIDEZ	24
Processo de Gerenciamento de Risco Liquidez.....	24
Comunicação Interna.....	25
7. RISCO OPERACIONAL	26
Processo de Gerenciamento de Risco Operacional	26
Comunicação Interna.....	27
Análise de Risco Operacional	28
Gerenciamento de Continuidade de Negócios	28
8. NOVO ACORDO DE CAPITAL DE BASILEIA	29
Acordo Basileia II.....	29
Basileia III	31
Basileia no Brasil	31
Novo Acordo de Capital no Banco Bonsucesso.....	33
Gestão do Capital.....	34
<i>Processo de Adequação do Patrimônio de Referência</i>	<i>34</i>
<i>Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR).....</i>	<i>34</i>
<i>Detalhamento dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</i>	<i>35</i>
<i>Acompanhamento do Índice de Basileia e Margem.....</i>	<i>36</i>



1. INTRODUÇÃO

O Banco Bonsucesso considera que o gerenciamento de riscos e capital é essencial para a continuidade do negócio e fortalecimento da instituição, possibilitando o controle de todos os riscos envolvidos (Risco de Crédito, Operacional, Mercado e Liquidez), e a melhor compreensão e identificação das exposições. A transparência nas divulgações, além de favorecer a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, fortalece a imagem da instituição no mercado financeiro.

Através deste documento o Banco Bonsucesso divulga as informações relevantes para os interessados sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital, controles utilizados neste gerenciamento, informações sobre cada um dos riscos com nível de detalhamento necessário para compreensão dos mesmos.

Este documento atende, também, as determinações do Banco Central do Brasil e a transparência do Pilar III da Basiléia III.

2. MAPA DE RISCOS

O Banco Bonsucesso está sujeito aos seguintes tipos de riscos:

Risco de Crédito	<p>Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.</p> <p>Abrange a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados ao negócio do Banco, definindo o nível de tolerância ao risco, a rentabilidade esperada, os tipos de operações, foco em setores econômicos e/ou regiões geográficas, expectativa de concentração dos vencimentos no curto, médio e longo prazos, mercados alvo, elegibilidade de garantias e nível de concentração.</p>
Risco de Mercado	Representa a possibilidade de ocorrência de perdas geradas pelas



	<p>oscilações de taxas, índices e preços, devido ao descasamento entre as carteiras de ativos e passivos da instituição.</p> <p>O Grupo Bonsucesso gerencia o risco de mercado levando em consideração seu foco no crédito consignado, complementado pelo crédito destinado ao middle market e sua atuação conservadora na Tesouraria.</p>
Risco Operacional	<p>São tratadas as possíveis perdas ocasionadas por falhas ou inadequação dos processos internos e por eventos externos, fraudes, danos, interrupção do negócio.</p> <p>O Banco Bonsucesso compreende que o Risco Operacional, juntamente com o Risco de Mercado, o Risco de Liquidez e o Risco de Crédito, constituem os principais tipos de riscos que afetam o setor bancário, e o fato de não serem riscos independentes, requer uma maior atenção em seu tratamento.</p>
Risco de Liquidez	<p>O risco de liquidez é um risco financeiro devido possibilidade da ocorrência de descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos que afetem a capacidade de pagamento da instituição. Este risco é ocasionado pela indisponibilidade de ativos da instituição para cumprimento das obrigações, inadimplências, dificuldades em liquidar os ativos, desvalorização dos ativos ocasionados pelas oscilações de taxas e índices.</p>

3. PROCESSO E METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Objetivo e Estratégias

O Gerenciamento dos Riscos consiste em exercer um amplo controle dos riscos aos quais a organização está sujeita, com a identificação, mensuração, monitoramento e elaboração de reportes de riscos de forma a agregar valor à gestão do negócio, possibilitando a análise e tomada de decisões proativas sobre os riscos e promovendo o crescimento, a rentabilidade e a sustentabilidade do negócio.



Para tanto, são desenvolvidos processos e ferramentas de mensuração e controle necessárias para proteger os Recursos Próprios da instituição, e permitir à Alta Administração o adequado tratamento do risco como um dos vetores de criação de valor, junto com o crescimento e a rentabilidade.

Desta forma, o Gerenciamento de Riscos busca, permanentemente, ser reconhecido pela habilidade em potencializar a relação risco versus retorno, com a otimização do capital alocado.

Políticas de Gerenciamento de Riscos e Capital

As Políticas de Gerenciamento de Riscos e Capital do Banco Bonsucesso são estruturadas e reavaliadas anualmente. Além disso, são alinhadas com a estratégia e objetivo da Instituição, em consonância com exigências divulgadas pelos órgãos reguladores e às melhores práticas do mercado, possibilitando um crescimento sustentável e maior eficiência na gestão do capital.

As informações de Gestão de Risco e Capital têm por conceituação básica as funções de auxílio na tomada de decisão e na definição de novas estratégias para a gestão do negócio e o estabelecimento do limite de tolerância à exposição aos riscos bem como o atendimento aos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador para Basileia III.

As práticas de gestão de risco e capital em vigor hoje na Instituição são: Gestão de Capital, Gestão de Risco de Mercado, Liquidez, Crédito, Operacional e Continuidade do Negócio.

Processo e Metodologia de Gerenciamento de Riscos

Buscando elevar a qualidade de gerenciamento dos riscos, o Banco Bonsucesso investe em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos através de aquisições de novas ferramentas para gestão, capacitação do quadro de funcionários, criação de novos indicadores e relatórios, buscando, desta forma o aprimoramento contínuo nos seus processos de gestão. Com isso garante o necessário foco a estas atividades, proporcionando mais solidez e confiabilidade aos seus acionistas e investidores.



Identificação – Consiste em identificar os riscos potenciais e existentes nos processos, serviços, produtos, mercado e liquidez.

Avaliação dos Riscos – O processo de avaliação determina o impacto financeiro agregado que um determinado o risco identificado pode ter nos objetivos estratégicos e táticos do Banco Bonsucesso. A Instituição possui um Comitê de Gestão de Liquidez, Capital e Risco para avaliação do Risco de Mercado, Liquidez, Crédito e Gestão do Capital, Comitê Executivo de Crédito para análise do Crédito e classificação dos ratings e Comitê Executivo de Risco Operacional para avaliação do Risco Operacional.

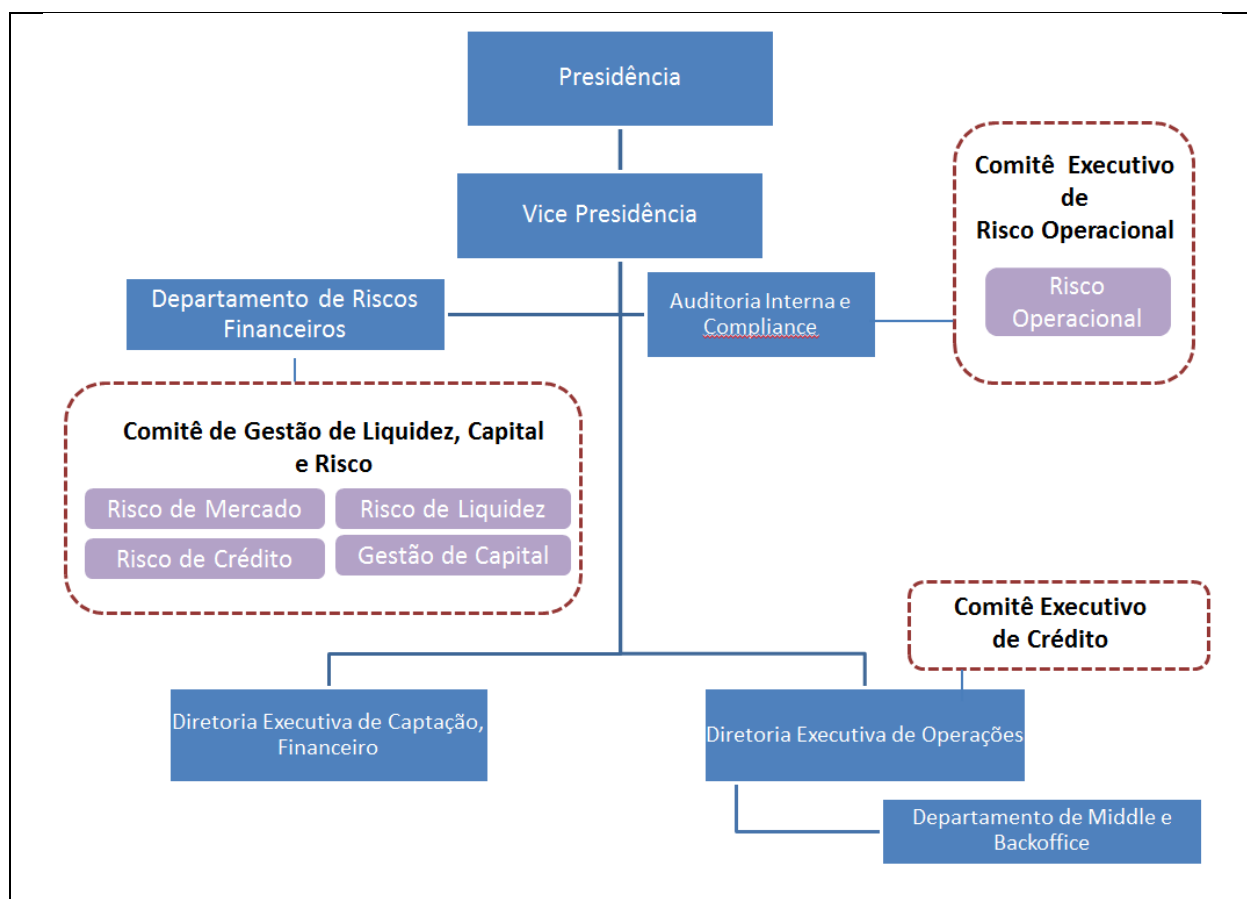
Gerenciamento dos Riscos – Após os riscos serem identificados e avaliados, são analisados os procedimentos para sua mitigação quando o risco está acima do desejável. Sendo que a mitigação pode ser realizada por hedges, garantias, transferência de risco e etc., conforme o tipo de risco identificado.

Monitoramento - O Banco Bonsucesso gerencia seu perfil de risco monitorando ativamente sua exposição. Para cada tipo de risco são monitorados os limites estabelecidos em normas e políticas, as variações, o mercado, e caso seja necessária, poderá ser feita uma reavaliação das ações mitigadoras.

Reportes – Trata-se não somente dos reportes para os órgãos reguladores como, principalmente, os reportes gerenciais internos que demonstram as análises dos riscos para o Comitê responsável.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

A Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital visa permitir que o processo de gestão de riscos possa ocorrer de forma eficiente e conforme os objetivos da gestão, envolvendo as áreas responsáveis e os Comitês, da identificação aos reportes dos riscos. Segue abaixo o organograma da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital no Banco Bonsucesso.





E possuem as seguintes atribuições:

Presidência, Vice-Presidência: Cabe a Presidência, Vice-Presidências e Diretoria Executiva, referendar as decisões tomadas no Comitê Executivo de Crédito, Comitê Executivo de Risco Operacional e Comitê de Gestão de Liquidez, Capital e Risco.

Auditoria Interna e Compliance: É de competência da Auditoria Interna, avaliar a efetividade do Gerenciamento de Riscos, de forma a contribuir na realização dos objetivos do Banco Bonsucesso, atuando de forma autônoma e independente, em todos os níveis. Cabe ao Diretor de Risco Operacional a responsabilidade de responder perante o Banco Central do Brasil sobre qualquer assunto relacionado à Gestão de Risco Operacional conforme artigo 8º da resolução do Conselho Monetário Nacional, número 3.380, de 29 de junho de 2006. O Diretor de Risco Operacional é responsável pela convocação e condução dos trabalhos do Comitê Executivo de Risco Operacional. Ele também é responsável pela coordenação das atividades da Área de Risco Operacional.

Comitê Executivo de Crédito: Cabe ao Comitê Executivo de Crédito a análise de crédito, classificação de rating e definição dos novos créditos a serem realizados.

Diretoria Executiva de Operações / Departamento de Middle e Backoffice: Cabe a Diretora Executiva de Operações juntamente com o apoio do Departamento de Middle e Backoffice a responsabilidade de avaliação e acompanhamento dos créditos concedidos pela instituição.

Comitê de Gestão da Liquidez, Capital e Risco: Definir as normas e limites operacionais da instituição, analisar as informações e relatórios gerenciais divulgados pelo Departamento de Riscos Financeiros, definir sobre a entrada de novos produtos e negócios, bem como deliberar sobre o tratamento a ser dado às exposições aos riscos.

Diretoria Executiva de Captação e Financeiro: Gerenciar os processos de controle e gestão de Caixa, revisar periodicamente a adequação dos processos, captar recursos, realizar hedge de acordo com a política estabelecida pela Instituição, realizar a gestão ativa dos recursos de caixa alocados em títulos públicos e privados,

Departamento de Riscos Financeiros: Implementar as normas e o controle dos limites operacionais definidos pelo Comitê de Gestão de Liquidez, Capital e Risco; executar as rotinas de gerenciamento de



risco de mercado, avaliar periodicamente a adequação dos procedimentos e dos sistemas informatizados, analisar os riscos e as necessidades de adequação dos procedimentos, dar suporte técnico ao Comitê de Gestão de Liquidez, Capital e Risco. O Departamento de Riscos Financeiros é o responsável perante o Banco Central do Brasil sobre quaisquer assuntos relacionados a gestão de risco de mercado, liquidez, crédito e gestão do capital.

Comunicação Interna

A comunicação e monitoramento dos riscos são realizados através de:

- Indicadores.
- Relatórios gerenciais cuja estrutura e a periodicidade são determinadas conforme o risco abordado, que será tratado detalhadamente posteriormente.

O reporte da exposição ao risco é realizado via estrutura de Comitês assegurando que políticas sejam implementadas e seguidas, bem como estratégias e objetivos da instituição.

4. RISCO DE CRÉDITO

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Visando atender continuamente aos requerimentos regulatórios do Acordo Basiléia II, da Resolução 3.721 e manter um ambiente de controles internos atualizados e monitorados, o Banco Bonsucesso aplica diretrizes e práticas de gerenciamento de risco de crédito que também:

- > Fortalecem o seu negócio, uma vez que o crédito é a vocação do Banco;
- > Viabilizam a missão e visão da Organização e reforçam seus princípios.



A Gestão do Risco de Crédito no Banco Bonsucesso é constituída de uma estrutura que possibilite a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação do risco de crédito associado às operações classificadas na carteira de negociação e às operações não classificadas na carteira de negociação.

Comunicação Interna

Além dos relatórios de Análise de Crédito avaliados a cada reunião do Comitê Executivo de Crédito, a comunicação interna ocorre através de painéis de Indicadores Trimestrais, Análises Setoriais e Reportes de possíveis defaults que são também encaminhados ao Comitê Executivo de Crédito.

O principal objetivo destes indicadores e análise é permitir a avaliação da qualidade da carteira de ativos da instituição e nível de risco da carteira. Estes relatórios viabilizam o monitoramento constante do risco, de forma que, atenda a estratégia do Banco Bonsucesso em conceder créditos seguros, bem como pela habilidade em potencializar a relação risco versus retorno.

A Análise de Crédito e Indicadores refletem mensalmente no *rating* e no nível de provisionamento, calculado de acordo com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional.

Risco de Crédito da Contraparte

O risco de crédito da contraparte é entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos.

No momento da concessão do crédito, o Banco adota práticas de análise do perfil de risco das contrapartes baseadas em modelos internos de atribuição de *rating*, devidamente direcionada na Política de Análise e Concessão de Crédito. Nos casos de operações de Tesouraria, a adoção de ratings externos é prática essencial para viabilizar a mensuração do risco de crédito sem restringir a realização das operações no momento mais adequado para a instituição.

Análise e Concessão do Crédito



A Concessão do Crédito atende as diretrizes e objetivos estabelecidos pelo Comitê Executivo de Crédito assim como obedece às políticas e normas internas e dos órgãos reguladores garantindo o cumprimento da estratégia da Instituição e minimizando os riscos inerentes ao negócio.

O processo de aprovação do crédito está centralizado na Matriz em Belo Horizonte e está segmentado por produto: Middle Market e Consignado.

O segmento de Middle Market mantém Superintendências Comerciais regionalizadas a saber: Matriz – Estado de MG, Superintendência SP/Sul, Superintendência RJ, responsáveis pela prospecção de clientes e todo o processo de proposição de novos negócios. A análise do crédito considera variáveis como: o porte do cliente, segmento, situação econômico-financeira, o conglomerado, a capacidade de honrar seu crédito, a performance deste cliente em outros créditos, a área de atuação e ambiente externo.

Para o Crédito Consignado, o processo de prospecção se dá através de Lojas Próprias e Correspondentes Bancários.

As políticas de crédito determinam as alçadas, os limites e as funções dos comitês no processo de análise e concessão do crédito.

Os Comitês definem todos os parâmetros da aprovação (valores, prazos, validade e garantias exigidas), e, somente eles, dentro das alçadas competentes, podem alterar as condições propostas inicialmente. Os comitês de créditos estão estruturados em: Comitê Local, Comitê Pleno e Comitê Executivo de Crédito.

Mitigação do Risco de Crédito

As políticas de crédito determinam quais garantias são aceitáveis na concessão dos créditos para cada tipo de operação. As garantias, se consideradas como colaterais, reduzem a exposição ao risco do cliente podendo mitigar o risco e fortalecer a decisão da concessão do crédito.

Após a análise do crédito que já avaliou entre outras variáveis, porte, segmento, situação econômico-financeira, conglomerado, capacidade de honrar crédito, performance em outros créditos, área de atuação e setor, determina-se qual deve ser o percentual exigido de garantia e tipos de garantias aceitáveis para a solicitação de crédito de um dado cliente.



As garantias utilizadas para mitigação de risco podem ser aplicação financeira, alienação fiduciária de veículos, alienação fiduciária de máquina, alienação de imóveis, recebíveis performados, cheques, duplicatas, notas promissórias entre outros.

Ressaltamos que a maior parte da carteira de crédito do Banco Bonsucesso é formada por Créditos Consignados, que por sua própria natureza, são pagos através de desconto em folha das parcelas do empréstimo concedido, caracterizando-se como operações de baixo risco de crédito.

Classificação do Risco de Crédito

O Banco Bonsucesso segue as determinações contidas na Resolução 2.682 do CMN, para Classificação de suas Operações de Crédito, adotando para os créditos até R\$ 24.999,99 o critério de atrasos.

Para os clientes com operações de crédito cujo saldo devedor seja superior à R\$ 25.000,00, o Banco desenvolveu um Modelo de Classificação inicial de Risco de Crédito próprio, além de observar o disposto na Resolução 2.682. Esta classificação é revisada mensalmente pelo critério de atraso – Resolução 2.682 – e, no mínimo semestralmente pelos critérios internos, do modelo interno.

Exposição do Risco de Crédito

As exposições totais e médias de Risco de Crédito do Banco Bonsucesso – operações de crédito, compromissos de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição, avais, fianças e coobrigações – são demonstradas abaixo:

Conglomerado Financeiro

	R\$ mil		
	Dezembro/2013	Setembro/2013	Dezembro/2012
Total Exposição (*)	2.421.801	2.552.856	3.103.844
Média do Trimestre	2.644.388	2.707.647	3.112.349

(*) Operações de crédito, compromissos e coobrigações.



Por Fator de Ponderação de Risco

No quadro abaixo demonstramos as exposições totais, segmentadas por FPR:

Conglomerado Financeiro

	R\$ mil		
	Dezembro/2013	Setembro/2013	Dezembro/2012
FPR 20%	254	-	-
FPR 35%	-	-	-
FPR 50%	94	455	840
FPR 75%	1.649.576	1.869.644	2.535.525
FPR 100%	500.665	180.656	241.409
FPR 150%	271.212	502.101	250.409
FPR 300%	-	-	75.661
Total Exposição	2.421.801	2.552.856	3.103.844

(*) Operações de crédito, compromissos e coobrigações.

Cabe ressaltar que a partir do mês de Março/2013, o Banco Bonsucesso passou a ponderar as operações de crédito consignado com prazo superior a 60 meses com FPR de 150% (conforme circular 3.652/13 do BACEN), as quais anteriormente eram ponderadas a 300%, e as operações de cartão com prazo superior a 36 meses com FPR de 150% (conforme a circular 3.549/11 do BACEN). Além disso, com base na Circular 3.644/13 do BACEN, as operações de crédito com vencimento em até três meses, realizadas com câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e de liquidação sediadas no exterior, passaram a ser ponderadas a 20%.

Por Setor Econômico

No quadro a seguir demonstramos as exposições totais, segmentadas por setor econômico:



Conglomerado Financeiro

R\$ mil

	Dezembro/2013	Setembro/2013	Dezembro/2012
Indústria	2.506	2.641	58.552
Comércio	151	160	1.452
Corretor de Imóveis, Seguros, Títulos e Valores	-	-	3.522
Fabricação de Produtos Alimentares Diversos	-	-	-
Financeira	358	377	721
Outros Serviços	165.873	174.849	174.241
Pessoas Físicas	2.252.913	2.374.827	2.865.354
Total Exposição	2.421.801	2.552.854	3.103.842

(*) Operações de crédito, compromissos e coobrigações.

Por Região Geográfica

Abaixo seguem as informações para as exposições totais segmentadas por região geográfica:

Conglomerado Financeiro

R\$ mil

Região	Dezembro/2013	Setembro/2013	Dezembro/2012
Mercado Interno	2.421.801	2.552.854	3.103.842
Centro Oeste	229.189	241.591	306.875
Nordeste	644.093	678.947	823.344
Norte	214.823	226.448	277.017
Sudeste	1.191.208	1.255.669	1.510.103
Sul	142.489	150.199	186.503
Mercado Externo	-	-	-
Total Exposição	2.421.801	2.552.854	3.103.842

(*) Operações de crédito, compromissos e coobrigações.

Por Atraso

Abaixo seguem as informações para as operações em atraso segregadas por faixa de prazo:

Conglomerado Financeiro

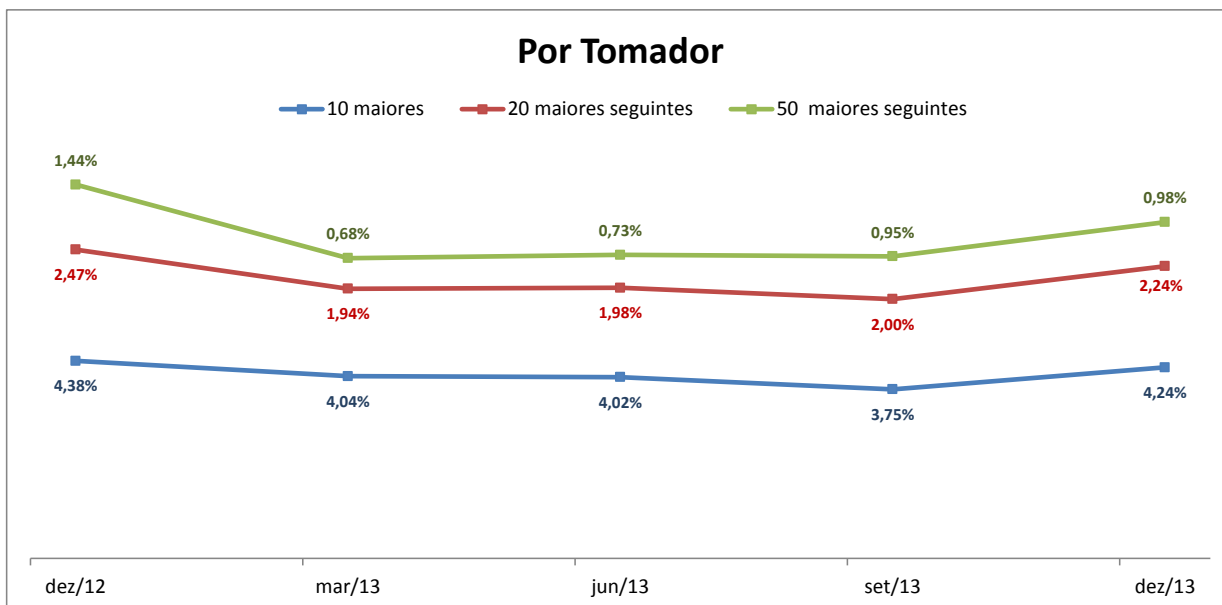
R\$ mil

Montante das operações	Dezembro/2013	Setembro/2013	Dezembro/2012
Atrasos até 60 dias	61.564	58.804	39.543
Atrasos entre 61 e 90 dias	14.477	25.097	22.041
Atrasos entre 91 e 180 dias	43.834	82.568	39.381
Atrasos acima de 180 dias	80.423	69.430	61.271

(*) Operações de crédito, compromissos e cobrigações.

Por Tomador

A seguir são demonstrados os níveis de concentração dos maiores tomadores distribuídos em 10 maiores, 20 maiores seguintes, 50 maiores seguintes:



Por Operações Baixadas para Prejuízo

Abaixo seguem as informações para o fluxo das operações baixadas para prejuízo:



Conglomerado Financeiro

Fluxo das operações baixadas para prejuízo no trimestre	Dezembro/2013	Setembro/2013	Dezembro/2012
	37.971	41.617	29.408

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Abaixo seguem as informações para a provisão para crédito de liquidação duvidosa:

Conglomerado Financeiro

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Dezembro/2013	Setembro/2013	Dezembro/2012
	131.544	144.230	142.736

()Operações de crédito, compromissos e coobrigações*

Cessão de Crédito

A cessão de uma operação de crédito é a negociação dessa operação entre duas partes seja através venda ou transferência dessa operação.

Entre as principais fontes de captação do Banco Bonsucesso estão as cessões de crédito para outros bancos e também as cessões de crédito para Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios (FIDC).

As cessões de crédito para outros bancos são, na grande maioria, cessão com coobrigação, ou seja, o Banco Bonsucesso transfere à outra instituição o direito do recebimento, porém existe a retenção do risco, conforme definido no "Manual de Informações de Negociação de Operações Documentos 3020/3030" do BACEN: "a coobrigação é um dos tipos de retenção de risco que um cedente pode assumir, caracterizada pela responsabilidade de pagar ou de substituir o crédito cedido em caso de inadimplência do tomador ou outras situações previstas no contrato de cessão."

A partir de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da Resolução nº 3.533/2008, o Banco Bonsucesso passou a classificar as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios.



Abaixo seguem as informações quanto saldo das exposições cedidas com coobrigação, cedidas até 31/12/2011, ou seja, antes da Resolução nº 3.533/2008:

Conglomerado Financeiro

Saldo das Exposições cedidas com coobrigação	R\$ mil		
	Dezembro/2013	Setembro/2013	Dezembro/2012
	319.056	408.799	766.563

Abaixo seguem as informações quanto ao saldo das exposições cedidas sem retenção substancial dos riscos e benefícios:

Conglomerado Financeiro

Fluxo das exposições cedidas sem coobrigação	R\$ mil		
	Dezembro/2013	Setembro/2013	Dezembro/2012
	73.289	57.561	59.048

Operações de Securitização, venda ou transferência de ativos financeiros

O Banco Bonsucesso possui em sua carteira títulos e valores mobiliários oriundos de processo de securitização constituídos de cotas de fundos de investimentos FIDCs. Estes FIDC's se referem a cotas subordinadas que devem ser mantidas em carteira até os respectivos prazos de resgate, estabelecidos nos regulamentos dos Fundos.

Os FIDC's são lastreados por empréstimos consignados.

Após entrar em vigor a Resolução 3.533 em janeiro/2012, os ativos financeiros que foram cedidos para o FIDC a partir desta data deixaram de ser baixados dos ativos financeiros da Instituição, sendo mantidos como carteira própria na categoria de operações com retenção substancial dos riscos e benefícios.

A classe do título de FIDC é cota subordinada.

Conglomerado Financeiro

Saldo das Exposições FIDC's	R\$ mil		
	Dezembro/2013	Setembro/2013	Dezembro/2012
	112.713	268.461	258.836



Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA segmentado por Fator de Ponderação de Risco

A seguir, seguem as informações quanto à alocação de capital segmentada por FPR:

Conglomerado Financeiro

R\$ mil

Risco de Crédito	Dezembro/2013	Setembro/2013	Dezembro/2012
FPR 0%	-	-	-
FPR 2%	24	-	-
FPR 20%	231	1.138	131
FPR 35%	-	-	-
FPR 50%	9.518	7.866	5.258
FPR 75%	131.962	154.648	213.783
FPR 100%	97.870	66.615	76.152
FPR 150%	44.750	85.099	41.317
FPR 250%	10.610	-	29.805
FPR 300%	-	-	-
FPR 909%	123	-	-
FPR -35%	-	-	-
FPR -50%	-	-	-
FPR -100%	-	-	-
CVA - Variação da Qualidade Creditícia da Contraparte	5.969	-	-
Total Exposição	301.057	315.366	366.446

Instrumentos Mitigadores

O Instrumento Mitigador possibilita a redução da exposição a qual está sujeita o crédito, conforme o Instrumento utilizado e o crédito concedido. A Circular 3.3644/13 estabelece os critérios e FPR específicos para cada situação. Abaixo seguem as informações quanto a alocação de capital segmentada por FPR:



Conglomerado Financeiro/Consolidado Econômico Financeiro

R\$ mil

Tipo de Mitigador	FPR do Mitigador	Exposição Mitigada		
		Dezembro/2013	Setembro/2013	Dezembro/2012
Depósitos mantidos na própria instituição*	0%	105.433	165.599	109.422

* Depósitos a vista, depósitos a prazo, depósitos de poupança, em ouro ou em títulos públicos federais.

5. RISCO DE MERCADO

Entende-se como risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do grupo, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (commodities).

A política do Grupo Bonsucesso para o gerenciamento do risco de mercado leva em consideração seu foco no crédito consignado, complementado pelo crédito destinado ao middle market, e sua atuação conservadora da Tesouraria – que visa basicamente à obtenção de funding e a aplicação do caixa excedente dentro de limites pré-estabelecidos.

A estrutura é composta por dois níveis hierárquicos, com diferentes atribuições e responsabilidades: Comitê de Gestão da Liquidez, Capital e Risco/ Departamento de Riscos Financeiros.

A Gerência de Riscos e Informações Gerenciais do Banco Bonsucesso, subordinada a Vice-Presidência é, nos termos da Resolução 3.464/07 do CMN, a unidade responsável pelo gerenciamento de risco de mercado do conglomerado financeiro Bonsucesso, como um todo, e de cada uma de suas empresas, assim como pela identificação e acompanhamento do risco de mercado das empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro.

Os modelos de medição de riscos, no caso da carteira de negociação, são aqueles definidos nos normativos do CMN e do BACEN. No caso da carteira banking, para todos os fatores de risco é efetuado o cálculo do VaR diário através de modelo paramétrico.

Comunicação Interna



A Carteira de Negociação é acompanhada diariamente através de relatórios gerenciais no qual é monitorado o cumprimento dos limites. Quando a exposição atinge o limite de exposição pré-estabelecido é enviado um email às áreas responsáveis e para o Comitê de Gestão da Liquidez, Capital e Risco para alerta e acompanhamento bem como para a tomada de medidas cabíveis para redução da exposição quando necessário.

Além do relatório diário, mensalmente são elaborados os relatórios de Risco de Mercado e Análise de Capital que são encaminhados ao Comitê de Gestão da Liquidez, Capital e Risco, contendo as informações da Carteira Banking e de Negociação.

No Relatório de Risco de Mercado são tratados os fluxos de caixas por indexador e tipo de produto, os descasamentos, e avaliadas as mitigações criadas para hedge das transações.

Na Análise de Capital são identificadas as parcelas de risco de mercado alocadas conforme Circulares 3.637/13 , 3.635/13, 3.636/13, , 3.638/13, 3.639/13, 3.641/13.

Processo de Gerenciamento de Risco de Mercado

O processo é suportado por sistema informatizado, cujas principais funções são:

- A captura das posições em todos os fatores de risco relevantes – tanto das operações incluídas na carteira de negociação, quanto das demais – carteira banking – diretamente dos sistemas legados (basicamente, sistemas que controlam os produtos de ativos e de passivos);
- A busca das informações de valores de mercado diretamente dos sites dos órgãos fornecedores, tais como ANDIMA, BACEN, CETIP e BM&F;
- O cálculo do valor em risco e das parcelas de patrimônio de referência exigido para cada fator de risco de mercado;
- A geração automática de arquivos a serem transmitidos aos órgãos supervisores;
- A emissão de relatórios diários e mensais de controle e de acompanhamento gerencial.

Classificação da Carteira



O Banco Bonsucesso possui a maior parte da carteira como *Banking*, e uma pequena parte como *Trading*. Para as novas operações passíveis de classificação, são identificadas aquelas com a intenção de negociação.

Para avaliação do risco de mercado utilizamos o cálculo do VaR com modelo paramétrico e distribuição normal, intervalo de confiança de 99%, período de 10 dias e modelo de volatilidade variância.

É realizado o acompanhamento do VaR diário e, mensalmente, são identificados os descasamentos de ativos e passivos separados por tipo de carteira (*banking* ou negociação), fator de risco e prazo.

Risco de Taxa de Juros e Ações

Conforme mencionado anteriormente, a carteira do Banco Bonsucesso é composta principalmente por crédito consignado que possui taxas pré-fixadas e está classificada como carteira de não negociação (*banking*).

O acompanhamento da carteira pré-fixada é realizado através de análises diárias do movimento da taxa de juros e, caso haja uma movimentação inesperada, é convocado o Comitê de Gestão da Liquidez, Capital e Risco para deliberar sobre a situação.

Para avaliações mensais são gerados relatórios nos quais são identificados e analisados os descasamentos por fator de risco, possibilitando um acompanhamento de todo o fluxo, agrupados por ativos e passivos e o consolidado do Banco Bonsucesso.

Mensalmente são realizados testes de *stress*, que estimam a variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação. Tais testes têm como objetivo a utilização de um choque compatível com o 1º e 99º percentil. Os testes também estimam a quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros, necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação, correspondente a 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência.

É importante ressaltar que a cessão de crédito consignado com coobrigação é uma das principais fontes de captação do Banco Bonsucesso que pode ser feita para outros bancos ou para Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios (FIDC). Para este tipo de operação, o risco de mercado é



inexistente uma vez que o fluxo de ativos dessa carteira é idêntico ao fluxo de passivos (obrigações de repasse ao cessionário).

O Risco de Ações do Banco Bonsucesso é calculado conforme Circular 3.638/13 e a alocação cumpre as determinações regulatórias. Porém, cabe observar que, para derivativos (opções e termos), o Banco Bonsucesso não opera em descoberto, reduzindo potencialmente o risco inerente da operação.

O Banco Bonsucesso não possui depósitos de poupança e o volume de depósitos à vista é inexpressivo em comparação com o volume total das operações. Desta forma não são realizadas premissas para estes tipos de operações.

No caso de rotativo do cartão de crédito, definimos como vencimento as datas de vencimentos das faturas, as quais variam conforme o convênio.

Exposição do Risco de Mercado de Derivativo por Fator de Risco

Abaixo seguem as informações quanto às exposições de Risco de Mercado segmentadas por Fator de Risco e posições vendidas e compradas de derivativos:

Conglomerado Financeiro/Consolidado Economico-Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2013 - R\$ mil

Fator de Risco	Mercado	Comprado	Vendido	Valor Líquido
Taxa de Juros	Balcão	238.221	-	238.221
	Bolsa	380.128	-	380.128
Câmbio	Balcão	210.678	-	210.678
	Bolsa	-	-	-
Preço Ações	Balcão	-	-	-
	Bolsa	4.587	-	4.587



Conglomerado Financeiro/Consolidado Economico-Financeiro

Em 30 de Setembro de 2013 - R\$ mil

Fator de Risco	Mercado	Comprado	Vendido	Valor Líquido
Taxa de Juros	Balcão	238.179	-	238.179
	Bolsa	-	-	-
Câmbio	Balcão	205.022	-	205.022
	Bolsa	-	-	-
Preço Ações	Balcão	-	-	-
	Bolsa	2.843	-	2.843

Conglomerado Financeiro/Consolidado Economico-Financeiro

Em 31 de dezembro de 2012 - R\$ mil

Fator de Risco	Mercado	Comprado	Vendido	Valor Líquido
Taxa de Juros	Balcão	219.029	-	219.029
	Bolsa	87.840	-	87.840
Câmbio	Balcão	219.029	-	219.029
	Bolsa	-	27.724	(27.724)
Preço Ações	Balcão	-	-	-
	Bolsa	4.095	-	4.095

6. RISCO LIQUIDEZ

O Risco Liquidez origina-se quando da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passíveis exigíveis (descasamentos), ou seja, entre obrigações a pagar e direitos a receber que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação.

O acompanhamento e controle do Risco Liquidez são essenciais para garantir que a solidez da Instituição seja mantida, bem como as políticas e estratégias sejam cumpridas.

Processo de Gerenciamento de Risco Liquidez

As políticas do Banco Bonsucesso foram definidas considerando as características, forma e limites de atuação da instituição. O Bonsucesso é um banco eminentemente focado, quanto aos ativos, em operações de crédito consignado e capital de giro para médias empresas. Quanto ao passivo da



instituição, este está focado na emissão de CDB's, CDI's e DPGE's. As operações de derivativos, na sua grande maioria, são criadas para hedge de outras operações.

As Políticas de Liquidez estabelecem o Caixa Mínimo e garantem que a instituição mantenha os níveis adequados de capitalização. Além dessas políticas, foi elaborado um Plano de Contingência que estabelece os procedimentos a serem adotados em caso de situações extremas.

As principais políticas e diretrizes do Banco Bonsucesso são:

- Focar nossa atuação nos segmentos que conhecemos e para os quais possuímos expertise.
- Garantir, sempre que possível, a compatibilidade entre os prazos dos ativos e dos passivos.
- Manter o colchão de liquidez conforme o limite estabelecido na Política de Liquidez.
- Garantir, através de acordos operacionais e FIDC's, a manutenção dos limites pré-aprovados para realização de operações de cessão de créditos consignados e compatíveis com os volumes de originação destas operações.
- Manutenção dos níveis adequados de capitalização.

O Comitê de Gestão da Liquidez, Capital e Risco é o responsável por definir a política de liquidez bem como alterações e ajustes desta política, sempre que julgar necessário. O processo consiste em reuniões mensais, onde é avaliado o ambiente de negócios, o comportamento das carteiras de ativos e passivos, os possíveis descasamentos, o nível de liquidez atual e o esperado para os próximos meses, considerando os volumes de novas operações de crédito, de resgates, de captações, de despesas, de taxas, dentre outros.

Constatando-se variações relevantes ou deficiência da política vigente, o Comitê define os ajustes necessários para garantir o nível de liquidez que julga adequado para a instituição.

Comunicação Interna

A comunicação interna ocorre através de relatórios diários de acompanhamento de liquidez enviados as áreas responsáveis e de relatórios gerenciais mensais enviados ao Comitê de Gestão da Liquidez, Capital e Risco.

Nos Relatórios diários são controlados os fluxos de caixa para curto prazo e a situação atual de liquidez além do acompanhamento do caixa mínimo, comparando a reserva atual com caixa mínimo determinado nas Políticas de Liquidez.



Nos Relatórios de Risco de Liquidez mensais são tratados os fluxos de caixa e os descasamentos, contingências, avaliados os ativos e passivos separadamente por liquidez e condição de resgate, assim como cenários de stress e programação.

No Comitê são deliberadas as ações a serem realizadas conforme a situação liquidez do momento avaliado.

7. RISCO OPERACIONAL

O Risco Operacional é definido como a chance de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Processo de Gerenciamento de Risco Operacional

A Organização adota a Gestão de Risco Operacional como sendo um processo de quatro estágios, compreendendo as seguintes fases e atividades:

1. Identificação;
2. Avaliação;
3. Gerenciamento;
4. Monitoramento e Reporte.

Cada elemento é um elo vital na corrente e deve ser implementado corretamente para tornar todo o processo eficiente.

A Gestão de Risco Operacional está focada em apoiar a organização a atingir seus objetivos estratégicos de negócios, ampliando a consistência entre estes objetivos e sua concretização no dia-a-dia.



O Gerenciamento de Risco Operacional ocorre através da estrutura funcional de risco (funções e atividades da Área de Gerenciamento de Risco Operacional), do apetite do Grupo a risco e através dos mecanismos de tomada de decisões oportunas e em tempo hábil (escalonamento, retenção ou transferência de riscos, dentre outros).

A Gestão de Risco Operacional da organização tem como objetivos:

- Estabelecer um amplo entendimento e alto grau de conscientização de seus funcionários com relação às ameaças advindas de riscos operacionais que permeiam a atividade bancária;
- Assegurar o estabelecimento e a manutenção de condições apropriadas para a gestão do risco operacional;
- Minorar a ocorrência de eventos que possam afetar negativamente a imagem da Organização;
- Assegurar ampla transparência de informações para os investidores e para o mercado em geral através de relatórios regulares;
- Cumprir satisfatoriamente com as regulamentações do Banco Central do Brasil;
- Garantir a implementação do processo de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais do Grupo Bonsucesso;
- Assegurar que as perdas operacionais sejam devidamente localizadas, identificadas e classificadas, de modo que haja reporte regular, tabulação e validação das causas da materialização dos eventos de Risco Operacional;
- Determinar políticas e metodologias de gestão de Risco Operacional
- Disseminar a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco por todos os níveis da organização, com o objetivo de possibilitar um gerenciamento eficiente da Organização.

Comunicação Interna

A comunicação interna tem como objetivo garantir a todos os níveis da Organização, que a informação será usada adequadamente e eficientemente para a análise, acompanhamento e suporte à tomada de decisão.

A área de Gerenciamento de Risco Operacional divulga, de acordo com o prévio planejamento, relatórios que abordam as apresentações de auditorias de risco operacional, eventos de perdas e ações mitigadoras.



Anualmente é apresentado a Diretoria Executiva o relatório anual de risco operacional com as melhorias em processos, principais ações mitigadoras, consolidadores de perdas e resumo das auditorias de risco operacional realizadas no período. O relatório deve ser aprovado pela Presidência e Vice-Presidência.

Análise de Risco Operacional

A área de Gerenciamento de Risco Operacional é responsável pela identificação e classificação de perdas relativas à Risco Operacional, inclusive os riscos de Crédito e Mercado que tenham como fator gerador o Risco Operacional. Todas as informações referentes a esta área são reportadas à Diretoria Executiva.

A captura das perdas operacionais é de responsabilidade de todos os funcionários da organização, em especial dos Gestores.

Gerenciamento de Continuidade de Negócios

O Banco Bonsucesso estabeleceu a Gestão da Continuidade do Negócio com o objetivo de:

- Minimizar ou mitigar a interrupção das atividades do negócio do Grupo Bonsucesso em caso de falhas ou desastres significativos;
- Proteger os processos críticos contra efeitos de falhas ou desastres significativos, e assegurar a sua retomada em tempo hábil, se for o caso;
- Atender às expectativas de clientes e partes interessadas do Grupo Bonsucesso, pronunciando uma capacidade provada para administrar uma interrupção de negócios e proteger a sua reputação.

A metodologia da Gestão de Continuidade dos Negócios utilizada é baseada na Norma ABNT NBR 15999-1, cujo ciclo de vida compreende os seguintes elementos:

1. Gestão do Programa de GCN



2. Entendendo a organização – relatório de análise de impacto nos negócios e identificação dos produtos e serviços considerados críticos que necessitem de um plano de continuidade de negócios
3. Determinando a estratégia – definição da estratégia que permite que uma resposta apropriada seja escolhida para cada produto ou serviço, de modo que o Banco Bonsucesso possa continuar fornecendo seus produtos em um nível de operações aceitável, e em uma quantidade de tempo aceitável.
4. Desenvolvendo e implementando uma resposta de GCN – desenvolvimento dos planos de continuidade do negócio
5. Testando, mantendo e analisando criticamente os preparativos do GCN – testar e identificar oportunidades de melhoria.
6. Incluindo a GCN na cultura da organização – campanha de conscientização.

O Banco Bonsucesso conta com um Data Center alternativo para atender ao Plano de Continuidade dos Negócios.

8. NOVO ACORDO DE CAPITAL DE BASILEIA

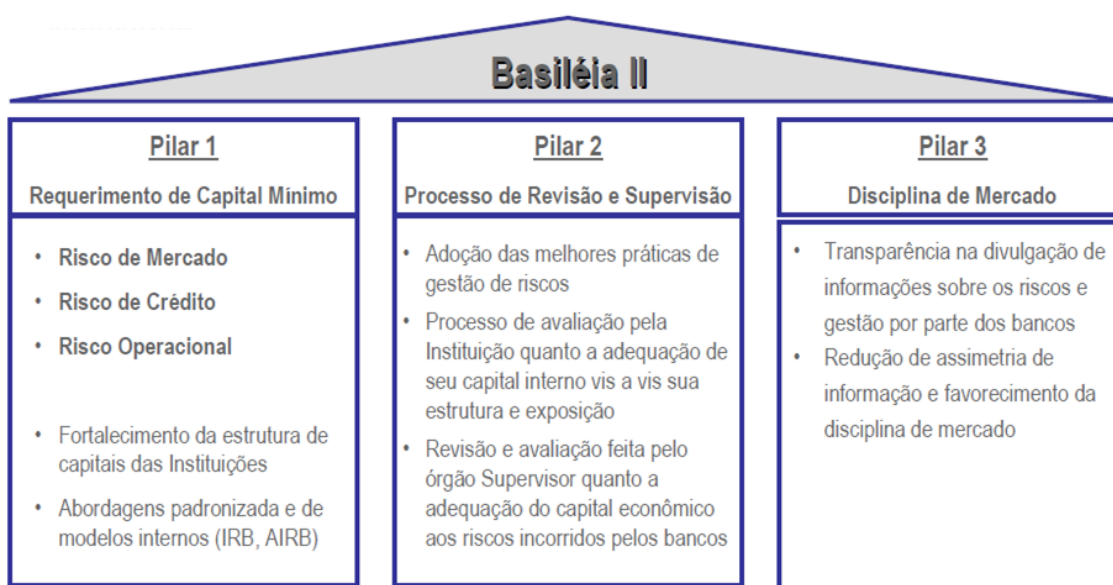
Acordo Basileia II

No decorrer das décadas de 80 e 90 observou-se uma progressiva inovação e complexidade dos instrumentos financeiros gerando assim, significativo aumento no fluxo de capitais mundial, e conseqüentemente um aumento nos riscos inerentes a este tipo de operação. As constantes instabilidades econômicas e o risco sistêmico inerentes da globalização tornaram necessária a intervenção dos Estados para regulação de seus sistemas financeiros. Desta forma, foi criado em 1988 o acordo regulatório internacional, O Acordo de Basileia I, estabelecendo um padrão uniforme para apuração do capital regulatório mínimo requerido aos bancos. O Acordo de Basileia I teve como objetivo a adequação dos riscos de crédito e de mercado como também a comparação de resultados entre as instituições financeiras.

Após regulamentar a estrutura das instituições financeiras, era necessário mensurar e mitigar os riscos, ou seja, adotar práticas de gestão da carteira das instituições, as quais seriam supervisionadas pelo órgão supervisor responsável quanto a adequação do capital econômico. Em junho de 2004 o BIS



(Bank for International Settlements) publicou o documento “International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards”, após uma longa discussão com o setor financeiro. Além dos riscos já mensurados no primeiro Acordo – crédito e mercado – o capital regulamentar para riscos operacionais também comporia a ponderação dos ativos para efeito de cálculo de capital regulamentar. Embora o Novo Acordo esteja voltado para as instituições com atuação global, espera-se que o sistema financeiro internacional o adote independente se a instituição atua nacional ou internacionalmente. Esse documento ficou conhecido como Basiléia II, o qual estrutura-se em três pilares:



Fonte: ANBIMA

O Pilar 1 continuou baseado na mensuração dos riscos de mercado e crédito, implantando também a exigência de capital para o risco operacional. Outro ponto importante foi a permissão da utilização de modelos internos para mensuração dos riscos com o objetivo de melhorar a mensuração das exposições das instituições financeiras.

O Pilar 2 estabelece metodologias de gestão de riscos e supervisão bancária, ou seja, a avaliação de como os bancos estão se adequando às necessidades de capital frente aos riscos incorridos.

O Pilar 3 tem por objetivo “reforçar a regulação do capital e outros esforços fiscalizadores na promoção de segurança e solidez aos bancos e sistemas financeiros. Divulgações significativas dos bancos



informam aos participantes do mercado, facilitando uma efetiva disciplina de mercado” (BIS). Desta forma, o foco do terceiro pilar é a transparência das instituições e a disciplina de mercado.

Basileia III

Com a crise financeira e bancária de 2008 em junho de 2011 o BIS (Bank for International Settlements) publicou o documento “Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems - revised”, com as diretrizes da Basileia III. Focando em criar um sistema bancário forte e resiliente como base de um desenvolvimento econômico sustentável, o Comitê de Basileia cria uma série de elementos na estrutura de capital que objetivam conter riscos sistêmicos.

As novas regras visam melhorar a capacidade do setor bancário para absorver choques decorrentes de cenários adversos no setor financeiro e econômico, com aumento tanto da qualidade do capital (criando uma base de capital de alta qualidade) como da quantidade de capital regulamentar. Também restringe o excesso de alavancagem além de aprimorar práticas de gestão e governança de riscos.

Basileia no Brasil

A implementação do acordo de Basileia I no Brasil iniciou-se em 1994. Segundo o Banco Central do Brasil, o objetivo principal da adesão ao acordo seria a melhoria das práticas de gestão de risco no país, adequando-o à legislação e ao mercado nacional.

Em 2004 o Banco Central do Brasil determinou a utilização do acordo de Basileia II, tendo as instituições financeiras o papel de se adequarem ao novo processo.

Conforme Comunicado 19.028, de 29/10/2009

A intervenção do Banco Central do Brasil para a adoção do Basileia II no Brasil fortaleceu o sistema financeiro nacional, possibilitando maior robustez e transmitindo confiabilidade ao mercado externo e interno no sistema bancário brasileiro. A luz desta intervenção as instituições financeiras, que inicialmente apenas cumpriam as obrigações legais, passaram a utilizar os relatórios e ferramentas como instrumentos de controle e conhecimento da sua carteira, possibilitando um crescimento sustentável e maior gestão bancária, evitando, dessa forma, a descontinuidade das instituições por fraudes, grandes perdas e altas exposições.



Entre Março e Outubro de 2013, o Banco Central do Brasil deu início à implantação das recomendações de Basileia III., com a divulgação de um conjunto de resoluções e circulares. As alterações promovidas pelo Banco Central do Brasil seguem os padrões estabelecidos pelo Comitê de Basileia e têm como principal objetivo e criar um sistema financeiro mais resiliente,, através de um aumento e melhoria da qualidade do capital e criação de um colchão de capital para serem aplicados em período de estresse, e também com as recomendações de melhores práticas na gestão dos riscos, na divulgação além de definições de padrões de supervisão de informações mais rigorosos. . A nova estrutura de capital ficou assim definida:

Nível I: consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar;

Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a limitações prudenciais.

Através da Resolução CMN nº 4.193/13, o Banco Central do Brasil determina que as instituições financeiras devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos pela resolução. Para realizar o cálculo dos requerimentos mínimos, a instituição deve apurar o montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), em substituição ao anterior PRE (Patrimônio de Referência Exigido) da Basileia II.

O RWA é calculado da seguinte forma:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD}$$

Onde:

- RWA_{CPAD} = relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
- RWA_{MPAD} = relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
- RWA_{OPAD} = relativa às exposições ao risco operacional sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

Onde o RWA_{MPAD} é composto por:



- RWA_{JUR1} = relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real;
- RWA_{JUR2} = relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- RWA_{JUR3} = relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços;
- RWA_{JUR4} = relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de taxas de juros;
- RWA_{ACS} = relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações;
- RWA_{COM} = relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (commodities);
- RWA_{CAM} = relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.

Novo Acordo de Capital no Banco Bonsucesso

O Banco Bonsucesso reconhece a importância do gerenciamento de riscos na instituição, já que é a partir deste gerenciamento que a solidez da instituição é apresentada. Desta forma, o acordo de Basileia III fortaleceu a importância de gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez.

Concomitantemente com a geração dos documentos regulatórios ao Banco Central do Brasil, realizados pelo Departamento de Riscos Financeiros (DERIF), são realizadas análises dos riscos aplicáveis a visão desejada. Entre as atividades realizadas pelo Banco Bonsucesso pode-se citar:

- Criação de uma estrutura de gerenciamento de risco;
- Avaliação da exposição dos produtos e possíveis hedges;
- Análises de evolução do Basileia e gráficos comparativos;
- Projeção do índice Basileia;
- Planos de contingência para cenários de *stress*;
- Análise das melhores metodologias para cálculo do risco operacional.

Todas as informações referentes à gestão de riscos são direcionadas e avaliadas pelos comitês responsáveis, os quais as utilizam na definição do plano estratégico além de auxiliar nas tomadas de decisões das mesas de negócios.



Gestão do Capital

Processo de Adequação do Patrimônio de Referência

A gestão de capital no Banco Bonsucesso é integrada com o ambiente econômico e comercial em que atua, tendo como foco principal o alcance dos objetivos estratégicos da instituição. A gestão de riscos financeiros da instituição reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. Desta forma, garante-se uma base sólida de capital para atender os requerimentos obrigatórios de capital, o desenvolvimento do banco e assegurar os riscos assumidos. A gerência de riscos financeiros está subordinada a um Diretor Estatutário.

Para o cálculo do Risco Operacional o Banco Bonsucesso definiu, em consonância com a Resolução CMN nº. 3.380/06, a adoção da abordagem padronizada alternativa simplificada para efeito de apuração dos ativos ponderados pelo risco (RWA) exigido para risco operacional (RWA_{OPAD}).

Além das parcelas acima mencionadas, as instituições também devem alocar PR para as operações não classificadas na carteira de negociação (*Banking*), sendo denominado este risco de *Risk Banking*. A metodologia adotada no Banco Bonsucesso para tal mensuração é o modelo Paramétrico o qual segue uma distribuição normal.

Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR)

Apresenta-se a seguir o detalhamento das informações trimestrais relativas ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro e Consolidado Economico-Financeiro.



Consolidado Financeiro

R\$ mil

Descrição	Dezembro/2013	Setembro/2012	Dezembro/2012
Patrimônio de Referência - Nível I	385.828	398.461	379.461
Capital Principal	385.828	398.461	379.461
Capital Social	193.201	391.432	-
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	193.768	-	-
Deduções do Capital - ajuste a valor de mercado TVM	(1.141)	(4.745)	-
Contas de Resultado Credoras	-	256.711	-
Contas de Resultado Devedoras	-	(244.937)	-
Patrimônio de Referência - Nível II	194.251	203.976	189.731
Instrumentos Elegíveis para Compor nível II (b)	194.251	235.631	215.834
Deduções do Nível II	-	(36.400)	(26.104)
Patrimônio de Referência Total	580.079	602.437	569.192

Detalhamento dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

A seguir, apresenta-se a evolução da alocação de capital:

Consolidado Financeiro

R\$ mil

Descrição	Dezembro/2013	Setembro/2013	Dezembro/2012	
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	3.114.271	3.176.086	3.748.473	
Risco de Crédito (RWAcpad)	2.736.884	2.866.964	3.331.327	
Risco de Mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWacom)	76.483	8.218	45.582	
Taxas de Juros				
	RWAJUR 1	53.605	809	29.264
	RWAJUR 2	1.371	1.336	1.282
	RWAJUR 3	1.000	973	936
	RWAJUR 4	741	718	691
Ações	RWAACS	7.550	4.182	13.236
Commodities	RWACOM	202	200	191
Cambial	RWACAM	12.015		
Risco Operacional RWAOPAD		300.904	300.904	371.564

Em Dezembro de 2013 o Consolidado Financeiro fechou o trimestre com um Patrimônio de Referência Exigido (PRE) de R\$ 3.114 milhões, apresentando uma redução de 16,92% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Acompanhamento do Índice de Basileia e Margem

De acordo com a Resolução CMN n°. 4.193/13, o requerimento mínimo de PR corresponde à aplicação do Fator “F” ao montante de RWA, sendo “F” igual a:

- I – 11%, de 1º de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2015;
- II - 9,875% de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016;
- III - 9,25% de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017;
- IV - 8,625%, de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018;
- V - 8%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Logo, o cálculo do requerimento mínimo ou Índice de Basileia, obedece ao seguinte cálculo:

$$IB = \frac{PR}{(F \times RWA)}$$

Onde:

PR = Patrimônio de Referência.

F = fator determinado pelo BACEN e aplicável ao RWA;

RWA = $RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD} + RWA_{MPAD}$;

O índice Basileia para o Banco Bonsucesso encontra-se nos limites determinados pelo Banco Central do Brasil. Além disso, a Margem de Capital apresenta-se com valores que proporcionam conforto à instituição em relação à alavancagem.

O cálculo da Margem é:

$$MARGEM = PR - RWA - R_{BAN}$$

Onde:

PR = Patrimônio de Referência.

RWA = Ativos Ponderados pelo Risco.

$R_{BAN} = Risk\ Banking$

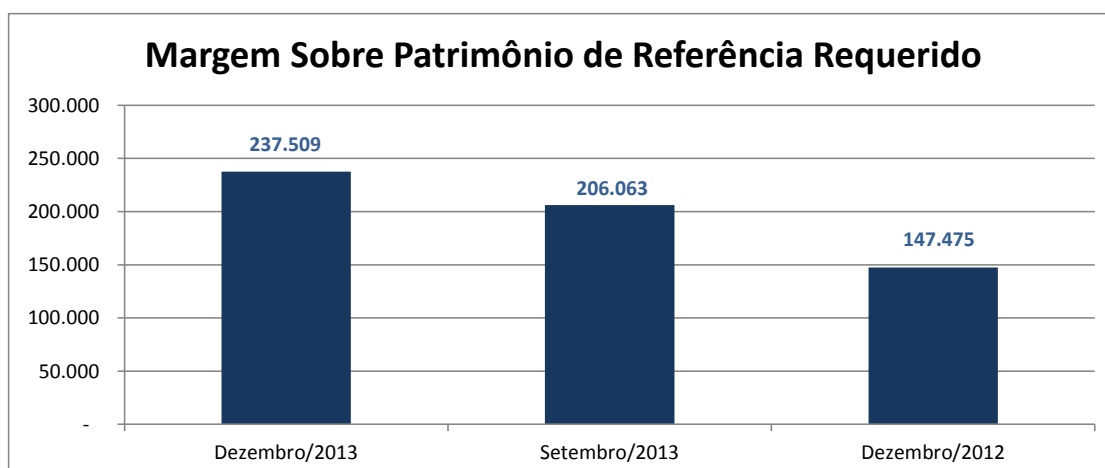
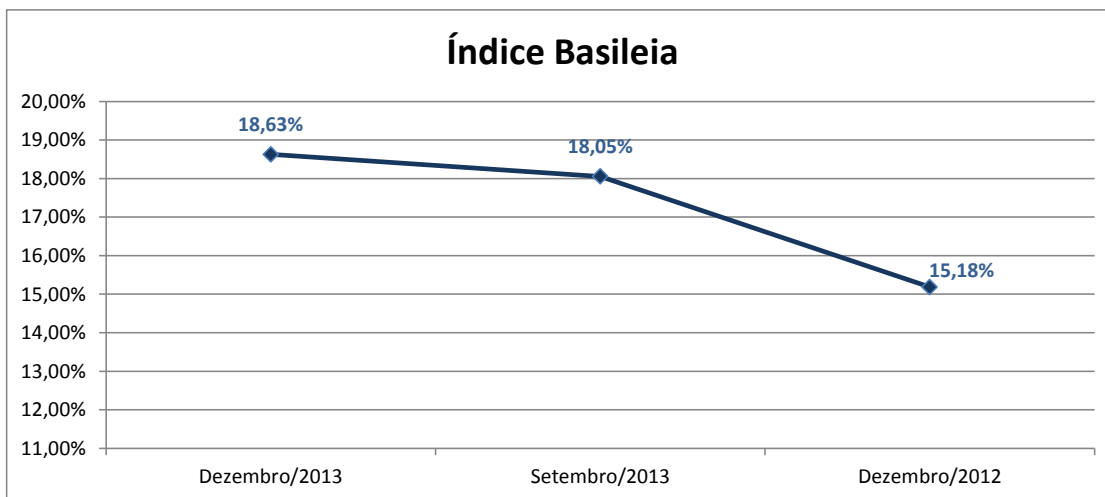
Abaixo, seguem os dados referentes ao Índice Basileia, Índice Nível I, Índice Capital Principal e a Margem.



Consolidado Financeiro

Descrição	R\$ mil		
	Dezembro/2013	Setembro/2013	Dezembro/2012
Patrimônio de Referência - PR	580.079	573.371	569.192
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	3.114.271	3.176.091	3.748.473
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA(b)	342.570	349.370	412.332
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN	363.645	367.308	421.716
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	237.509	206.063	147.475
Indicador de Basileia III	18,63%	18,05%	15,18%
Índice Nível I	12,84%		
Índice Capital Principal	12,84%		

Apresenta-se a seguir, a evolução trimestral do índice Basileia e a Margem para o Consolidado Econômico-Financeiro.



Observações:

- a) Índice Basileia de Dezembro/2013 foi calculado conforme regras de Basileia III (Resolução nº 4192/2013 e Resolução nº 4193/2013 do CMN) e de Setembro/2013 e Dezembro/2012 calculado conforme regras de Basileia II (Resolução 3.444/07 do CMN), com as devidas adequações para efeito de comparabilidade.
- b) O Índice de Capital e Nível I foi calculado apenas para Dezembro/2013 de acordo com a Resolução nº 4.193/2013 do CMN.

Considerando os valores apurados em 31 de dezembro de 2013, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao Patrimônio de Referência Exigido) de 18,63% que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido é de 11%. Para os Índices de Nível I e Capital Principal o indicador ficou em 12,39%, ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora (5,5% e 4,5% respectivamente). Desta forma, a exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento do Banco Bonsucesso S.A. encontra-se em conformidade com a regulamentação do órgão supervisor e com as melhores práticas de mercado.